



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO – MENOR PREÇO

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS

Junho/2022

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, REGIME DE EXECUÇÃO, MODO DE DISPUTA, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	4
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO	5
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	5
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	15
7.	VISITA AO LOCAL DAS OBRAS	16
8.	PROPOSTA FINANCEIRA.....	16
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	17
10.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	20
11.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	20
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	21
13.	REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	22
14.	MATRIZ DE RISCO.....	22
15.	ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO	23
16.	ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS.....	25
17.	APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS	26
18.	FISCALIZAÇÃO.....	26
19.	GARANTIA DE EXECUÇÃO	28
20.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	29
21.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	35
22.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	36
23.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	36
24.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	38
25.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	41
26.	CONDIÇÕES GERAIS	41
27.	ANEXOS.....	41

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação dos bens e serviços de apoio à fiscalização e elaboração de documentos técnicos complementares para implantação das obras de Sistemas de Abastecimento D'água na região de influência do Canal do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas, área de atuação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf.

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR), ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS – Unidade da administração superior da Codevasf, a qual está afeta as demais unidades técnicas que têm, dentre suas competências, a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência;

5ª GRR – GERÊNCIA REGIONAL DE REVITALIZAÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS – Gerência da 5ª Superintendência Regional encarregada diretamente de coordenar e fiscalizar todos os trabalhos relativos a este Termo de Referência;

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília/DF. Como responsável pelo acompanhamento dos presentes serviços está a 5ª Superintendência Regional da Codevasf, que se localiza na Rua Castro Alves, s/n, Santa Luzia, Penedo/AL;

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços;

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços;

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços;

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato;

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta;

NOTA DE EMPENHO – Documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa;

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma;

PROPOSTA DE PREÇOS – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos;

PROPOSTA TÉCNICA – Documento apresentado, fundamentado no detalhamento estabelecido neste Termo de Referência, subsidiado por justificativas metodológicas, bem como dos recursos humanos e materiais, definidos e quantificados a critério do concorrente licitante, segundo os quais o mesmo se propõe a executar os serviços;

RELATÓRIO FINAL – Documento elaborado pela contratada, prevista ao término dos trabalhos objeto deste Termo de Referência, no qual é apresentado o relato dos serviços executados;

RELATÓRIO MENSAL DE ANDAMENTO – Documento a ser emitido pela contratada, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências, recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos. Este documento deverá ser apresentado pelo concorrente licitante, que evidencia o resultado parcial da execução dos serviços ou de componentes dos serviços para acompanhamento mensal dos serviços prestados;

MATRIZ DE RISCO – Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) Estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

5ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Penedo/AL, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços objeto deste Termo de Referência;

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, REGIME DE EXECUÇÃO, MODO DE DISPUTA, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. **Forma de realização:** Pregão Eletrônico, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores (www.gov.br/compras/pt-br). O presente pregão eletrônico reger-se-á pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente eletrônico, no sítio do Compras Governamentais: www.gov.br/compras/pt-br.

3.2. **Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário.

3.3. **Modo de disputa:** Aberto.

3.4. **Valor estimado:** Público.

3.5. **Critério de Julgamento:** Menor preço.

4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços relativos ao objeto deste Termo de Referência serão executados na região de influência do Canal do Sertão Alagoano, no Estado de Alagoas, área de atuação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf.

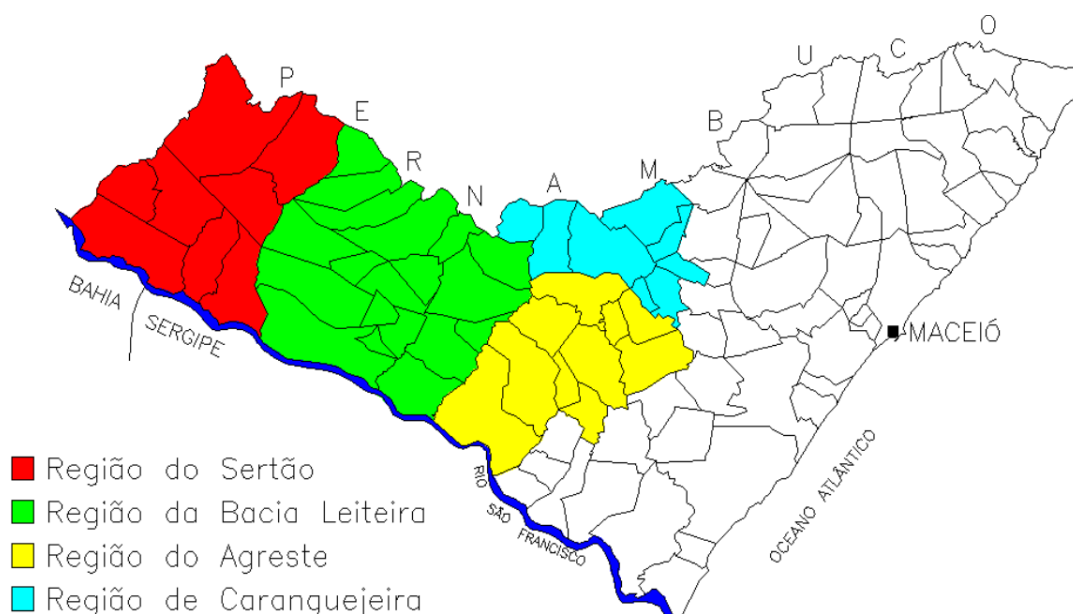


Figura 1: Regiões e municípios pertencentes à área de influência do Canal do Sertão.

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem:

5.1. APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DOS CONTRATOS NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

5.1.1. Apoio à fiscalização nas obras e serviços de engenharia:

5.1.1.1. Técnico:

- a) Exigir da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia a manutenção e conservação das instalações permanentes, provisórias e do Canteiro de Obras, o cumprimento das Normas Técnicas de Construção e Montagem, a adoção de medidas de segurança e higiene no trabalho, a disciplina, vigilância, limpeza e iluminação dos locais de trabalho e adjacências;

- b) Cobrar da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia e verificar a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores desde a admissão dos funcionários, arquivando cópias para controle das documentações de admissão, incluso cópia dos exames médicos e laboratoriais, ficha de entrega de EPI com indicação do CA, PPRA específico para a obra e PCMAT e PCMSO;
- c) Verificar os trabalhos de campo quanto aos suprimentos e a programação das etapas de construção;
- d) Registrar os problemas provocados pelas chuvas, bem como fornecer à fiscalização índices e registros oficiais pluviométricos;
- e) Exigir da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia o atendimento ao controle ambiental da atividade, dos dispositivos previstos nos termos de licenciamento ambiental, produzindo relatórios para a comprovação do atendimento as condicionantes das licenças, bem como o fiel cumprimento do estabelecido no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e demais normativos que versem sobre a temática ambiental;
- f) Preparar e manter no canteiro de obras o Diário de Ocorrências, para registro dos fatos diários. Acompanhar o Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, condições climáticas, mão de obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços;
- g) Arquivar a documentação de fiscalização a ser repassada à CODEVASF na conclusão dos serviços;
- h) Elaborar os Relatórios de Andamento, acompanhado de fotografias digitais (mensalmente), bem como emitir o Relatório de Acompanhamento Físico de Contratos – RAF, ATO e Relatório de atendimento as condicionantes ambientais. O RAF deverá ser assinado pelo engenheiro residente e coordenador, relatório de obra pelo engenheiro residente e responsável técnico da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia e o relatório ambiental pelo engenheiro residente;
- i) Verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados;
- j) Executar os levantamentos e elaborar a prévia da medição para aprovação da Fiscalização da CODEVASF;
- k) Assessorar na supervisão técnica e aprovação dos serviços;
- l) Analisar e, se necessário, complementar os dados topográficos e geotécnicos existentes;
- m) Analisar as planilhas de quantidades e compatibilizá-las com as especificações e normas de medição e pagamento;
- n) Verificar as execuções dos serviços em relação às especificações técnicas e projetos licitados pela CODEVASF;

- o) Analisar e validar as especificações técnicas existentes e, quando necessário, emitir especificações complementares;
- p) A Contratada deverá cobrar da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia o alvará de construção, quando necessário, e a ART quitada do engenheiro que irá executar a obra ou serviço;
- q) A Contratada deverá, junto com a empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia, elaborar ou aprovar o canteiro de obra e as placas de divulgação;
- r) A empresa de apoio deverá relatar no diário de obras os fatos ocorridos no dia, bem como a aceitação de materiais e equipamentos entregues na obra. Caso seja rejeitado algum material ou equipamento deverá ser feito um parecer técnico para que seja enviado ao fiscal da CODEVASF e este tomará as providências junto à construtora para substituição do mesmo;
- s) O livro de ocorrência da obra deverá ter o nome do município, número do contrato da CODEVASF, nome da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia e de apoio à fiscalização, data, condições do tempo, percentual executado acumulativo do cronograma físico-financeiro, descrição das atividades, espaço para relatar acidentes de trabalho, espaço para assinatura do técnico da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia, engenheiro e o fiscal da CODEVASF. O diário de obras deverá ser feito em 3 (três) vias sendo que, ao final, a 1ª via ficará com a CODEVASF, a 2ª via com a construtora e a 3ª via com Contratada do Apoio à Fiscalização;
- t) Todo primeiro dia útil de cada mês a empresa de apoio deverá cobrar e colocar no escritório da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia o cronograma das atividades que serão realizadas no mês, bem como o percentual dos serviços realizados no mês anterior e a atualização do cronograma físico-financeiro, todos confeccionados em conjunto com a empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia;
- u) A contratada deverá sempre solicitar da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia que não deixe estranhos entrarem no canteiro de obras e que esta sempre forneça o EPI e EPC novos para seus empregados;
- v) Verificar os serviços topográficos junto ao topógrafo da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia, utilizando, quando julgado necessário, topógrafo próprio;
- w) Verificar os serviços geotécnicos junto ao técnico laboratorista de solos da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia;
- x) Desenvolver atividades de controle e acompanhamento das obras, serviços de engenharia e respectivos fornecimentos de forma a atingir as metas e prazos pré-estabelecidos pela CODEVASF ou por preposto por ela designado;
- y) Verificar os serviços de concretagem junto ao técnico de concreto da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia;
- z) Verificar as dimensões, cotas e detalhes estabelecidos no projeto básico e o acabamento final das obras e serviços de engenharia.

5.1.1.2. Administrativo:

- a) Verificar se a empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia elaborou folha de pagamento e emitiu guias de recolhimento distintas para os empregados que prestam serviços no âmbito do contrato com a CODEVASF;
- b) Elaborar uma planilha mensal em conjunto com a empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia e rubricada pelo engenheiro desta, contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercidos, dias efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, coberturas, salário, vale transporte e alimentação, horas extras, ocorrências e glosas;
- c) Verificar e arquivar cópias das folhas de pagamento distintas para os empregados que prestam serviços no âmbito do contrato da obra e serviço de engenharia, relativa ao mês de medição, em ordem alfabética;
- d) Cobrar da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia o relatório mensal da frequência que contemple referências à execução de horas-extras;
- e) Arquivar comprovante de pagamento de salários dos empregados vinculados ao contrato da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia, cópia dos avisos de férias, comprovante de pagamento de férias, comprovante de 13º salário, comprovante de fornecimento de vale refeição, vale transporte e demais benefícios previstos no acordo coletivo das categorias;
- f) Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados e emitir relatório à CODEVASF periodicamente;
- g) Verificar a conformidade entre salário pago e demais benefícios concedidos com o piso salarial e demais disposições previstas na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria envolvidas;
- h) Conferir toda a documentação apresentada com a Fatura, conforme cláusula do Contrato da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia referente às condições de pagamento do contrato com a CODEVASF.

5.1.1.3. Supervisão técnica dos contratos:

- a) Acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro;
- b) Elaborar o Relatório Final, incluso verificação do cadastro apresentado pela empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia e elaboração dos projetos “as built” das vias pavimentadas;
- c) Aprovar os detalhamentos construtivos a serem elaborados pelas empresas responsáveis pela execução de obras e serviços de engenharia para atender as necessidades do projeto básico. Nesses detalhamentos devem constar as ART’s dos profissionais que os elaboraram;
- d) Acompanhar a aprovação dos detalhamentos Construtivos nos Órgãos Responsáveis junto a empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia.

5.2. EQUIPE TÉCNICA

5.2.1. Os trabalhos deverão ser executados pela seguinte equipe técnica:

Profissional	Símbolo	Quant.	Prazo	Total	Atribuições
Engenheiro Consultor	34782 / SINAPI	01	480 horas	480 horas	Responsável pela coordenação da equipe de trabalho.
Engenheiro Civil Pleno	P8066 / DNIT	02	12 meses	24 meses	Responsável pelo contrato e pela fiscalização e coordenação das equipes de campo.
Técnico Ambiental	P8143 / DNIT	01	12 meses	12 meses	Responsável por garantir a Regularidade Ambiental das obras, desenvolvendo todas as atividades necessárias para isso.
Técnico de obras	P8147 / DNIT	05	12 meses	60 meses	Técnico de nível médio, com experiência profissional em fiscalização e acompanhamento técnico de obras de abastecimento de água.
Auxiliar Administrativo	P8135 / DNIT	03	12 meses	36 meses	Responsável pelo controle das documentações de Gestão de Pessoal e para apoio na logística da equipe de campo.
Assistente Social Júnior	P8019 / DNIT	01	12 meses	12 meses	Responsável pela parte técnica e cadastro socioeconômico em cada localidade.

- a) Engenheiro Consultor: Engenheiro civil com mínimo de 20 (vinte) anos de exercício da profissão, com pós-graduação e experiência na fiscalização ou elaboração de projetos de obras similares às previstas (abastecimento de água), comprovada através de atestados de órgãos públicos e respectivas CAT's (Certidão de Acervo técnico) emitidas pelo CREA.

Total: 480 horas de Engenheiro Consultor.

- b) Engenheiro Civil Pleno: Engenheiro civil, com mínimo de 10 (dez) anos de exercício da profissão, com experiência na fiscalização de obras similares às previstas ou elaboração de projetos de abastecimento de água e comprovada através de atestados de órgãos públicos e respectivas CAT's (Certidão de Acervo técnico) emitidas pelo CREA.

Total: 24 meses de Engenheiro Civil Pleno.

- c) Técnico Ambiental: técnico de nível médio para apoio na fiscalização e acompanhamento ambiental de obras de abastecimento de água, com 12 meses de experiência comprovada em carteira.

Total: 12 meses de técnico ambiental.

- d) Técnico de obras: técnico de nível médio para apoio na fiscalização e acompanhamento técnico de obras de abastecimento de água, com 12 meses de experiência comprovada em carteira.

Total: 60 meses de técnico de obras.

- e) Auxiliar Administrativo: profissional de nível médio para apoio administrativo, com 12 meses de experiência comprovada em carteira.

Total: 36 meses de auxiliar administrativo.

- f) Assistente social júnior: nível superior em Serviço Social para diagnóstico das famílias beneficiárias da área de intervenção, com 12 meses de experiência comprovada em carteira.

Total: 12 meses de assistente social.

5.2.2. Se for o caso, o pessoal e/ou serviços objeto deste Termo de Referência poderão ser aumentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

5.3. FUNÇÕES DOS PROFISSIONAIS

Os itens a seguir apresentam a função de cada profissional demandado para execução do objeto deste TR. Todos os currículos serão encaminhados previamente para a fiscalização da CODEVASF avaliar e, estando de acordo, autorizar a contratação, considerando a experiência na realização de atividades similares às que são exigidas para a função conforme itens a seguir, comprovada, quando pertinente, pelo atestado de responsabilidade técnica, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo Conselho Profissional.

5.3.1. Engenheiro consultor:

- a) O engenheiro consultor será o responsável direto pelo gerenciamento de todas as atividades realizadas pelo escritório da CONTRATADA no canteiro de obras;
- b) O engenheiro consultor deverá efetuar a coordenação dos trabalhos de toda a Equipe Técnica;
- c) O engenheiro consultor será o principal interlocutor da CONTRATADA com a CODEVASF e com as empreiteiras;
- d) O engenheiro consultor deverá emitir mensalmente, quando da medição, certificado quantitativo e qualitativo dos serviços de engenharia prestados pelas Empreiteiras;
- e) O engenheiro consultor deverá gerenciar conflitos decorrentes de incompatibilidade do projeto detectados durante a execução das obras;
- f) O engenheiro consultor deverá verificar que as Empreiteiras estejam cumprindo o Plano de Gerenciamento de Resíduos e o Plano de Controle Ambiental, nos aspectos relevantes à fase de construção;
- g) O engenheiro consultor deverá coordenar a documentação das modificações de projeto durante a execução das obras, a implementação das mudanças no campo, e analisar o projeto como construído ("as built") apresentado pelas Empreiteiras, certificando que todas constem da sua versão final.

5.3.2. Engenheiros civis para apoio à fiscalização de obras e serviços de engenharia:

- a) Os engenheiros para apoio à fiscalização, de acordo a sua habilitação técnica, serão responsáveis por coordenar os serviços dos técnicos de obras e laboratoristas, e acompanhar os serviços de engenharia que serão executados em municípios da área de atuação da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF;
- b) Os engenheiros deverão dar apoio ao engenheiro fiscal da CODEVASF para acompanhar junto as empresas responsáveis pela execução de obras e serviços de engenharia a aprovação dos detalhamentos construtivos baseados nas normas da ABNT, bem como dos órgãos responsáveis pela aprovação final como as companhias estaduais de energia elétrica, prefeituras, secretarias/departamento de infraestrutura e outras entidades em cujas áreas de atuação destinam-se os detalhamentos;
- c) Os engenheiros deverão cobrar das empresas responsáveis pela execução de obras e serviços de engenharia os detalhamentos construtivos aprovados nos órgãos responsáveis;
- d) Os engenheiros para apoio à fiscalização não poderão autorizar intervenções ou serviços sem autorizações para supressão vegetal e liberações dos órgãos ambientais;
- e) Os engenheiros deverão dar apoio ao engenheiro fiscal da CODEVASF visando apresentar e gerenciar solução técnica mais adequada, através de relatório técnico, quando o projeto básico estiver em conflito com as condições “in loco”, ou seja, quando houver interferências gerais com sistema de drenagem pluvial, sistema de abastecimento de água, sistema de telefonia, rede de gás ou outra situação não prevista. O relatório técnico deverá ser apresentado à fiscalização da CODEVASF para aprovação da área responsável da gestão do contrato, bem como do responsável pelo projeto básico;
- f) Os engenheiros para apoio à fiscalização deverão comunicar ao fiscal da CODEVASF as necessidades de retificação/complementação do projeto básico;
- g) Os serviços dos engenheiros para apoio à fiscalização serão executados sempre que solicitados pela fiscalização da CODEVASF;
- h) Os engenheiros para apoio à fiscalização ficarão responsáveis pela elaboração dos relatórios solicitados pela CODEVASF;
- i) Os engenheiros para apoio à fiscalização deverão acompanhar as obras e serviços de engenharia, com a responsabilidade de verificar todas as ocorrências, anotando-as no livro de ocorrência da obra, verificar a execução destes conforme as especificações técnicas dos projetos, acompanhar as obras/serviços de engenharia em relação ao cronograma físico- financeiro, verificar a aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados e fotografar e filmar partes das obras/serviços que julgar necessárias;
- j) Os engenheiros para apoio à fiscalização deverão informar à fiscalização da CODEVASF, para aprovação, os detalhes dos serviços executados pela empresa responsável pela execução das obras e serviços de engenharia, atualização do cronograma físico- financeiro e a prévia da medição dos serviços e obras a faturar;
- k) Os engenheiros para apoio à fiscalização serão responsáveis pelo acompanhamento das obras e serviços de engenharia para que atendam ao cronograma físico previsto pela empresa responsável por estas ações;

- l) Os engenheiros para apoio à fiscalização deverão promover as retificações e complementações do projeto básico, bem como deverão analisar e, através de relatórios técnicos, demonstrar a necessidade das alterações, sugerindo soluções para aprovação da CODEVASF e técnico responsável pelo projeto;
- m) Os engenheiros para apoio à fiscalização deverão, junto com a Construtora, rever a lista de materiais do projeto básico para aquisição apenas do material necessário verificado “in loco”, bem como atualizações conforme detalhamentos construtivos;
- n) Os engenheiros para apoio à fiscalização verificarão todos os serviços pertinentes à execução das obras e serviços de engenharia, fiscalizando e acompanhando os serviços executados. Deverão ser verificados os serviços topográficos junto ao topógrafo da empresa responsável pela execução de obras e serviços de engenharia e solicitado à fiscalização da CODEVASF autorização para utilização de topógrafo próprio, para a verificação em situações de incerteza dos serviços executados, bem como no caso de utilização de outros técnicos conforme demanda;
- o) Os engenheiros para apoio à fiscalização ao final das obras deverão apresentar, junto com a empresa responsável por sua execução, desenhos de retificações do projeto através do “as built”;
- p) Os engenheiros para apoio à fiscalização, mediante autorização da CODEVASF, poderão utilizar as estruturas de escritório montadas para o fiscal da CODEVASF no canteiro das empresas responsáveis pela execução das obras e serviços de engenharia

5.3.3. Técnico ambiental:

- a) O Técnico ambiental deverá conhecer toda a documentação necessária ao processo de regularidade ambiental, salvo os casos de alteração da legislação após o protocolo dos pedidos de licenças, outorgas e demais autorizações nos órgãos competentes;
- b) Estabelecer mecanismos de integração com as equipes das construtoras contratadas pela CODEVASF e emitir relatórios mensais sobre as atividades ambientais desenvolvidas;
- c) Especificar os serviços e execução de atividades para a regularidade ambiental e cumprimento das condicionantes ambientais;
- d) Deverá, no período de execução das obras, manter entendimento com os órgãos ambientais da união, do estado e do município, na condução de assuntos de interesse do projeto, quando devidamente orientado pela área de meio ambiente da CODEVASF;
- e) Acompanhar quaisquer vistorias e visitas de órgãos ambientais municipais, estaduais e federais às obras;
- f) Quando demandado, participará de reuniões e audiências públicas com os órgãos ambientais, sempre com a presença de um representante legal da CODEVASF ou com a sua anuência;
- g) Buscar, em conjunto com a CODEVASF, obter e/ou renovar as licenças autorizações, anuências, dispensas específicas e demais instrumentos necessários à regularização ambiental das obras, em todas as fases dos empreendimentos (Prévia, Implantação,

Manutenção e Operação), em conformidade com as legislações ambientais municipais, estaduais e federais onde estiverem localizados os empreendimentos em questão;

- h) Analisar as documentações entregues pela CODEVASF e por Terceiros para fins de Regularidade Ambiental e fornecerá instruções para adequação e/ou correção das mesmas, visando atendimentos das exigências legais e processuais a ser conduzido para o empreendimento em questão;
- i) Verificar as licenças, autorizações e outros documentos necessários para utilização de materiais minerais para uso nas obras, envolvendo as etapas de extração, armazenamento, transporte e disposição final destes materiais e dos rejeitos gerados;
- j) Obter as autorizações, anuências, dispensas específicas e demais instrumentos necessários à validação das licenças ambientais;
- k) Auxiliar na obtenção e manutenção das outorgas e/ou autorizações acerca do uso dos recursos hídricos;
- l) Auxiliar na obtenção e manutenção das Licenças e/ou autorizações junto ao IBAMA, IPHAN, SESAI, DNIT, ANM Secretarias Municipais e demais órgãos competentes;
- m) Prestar apoio a regularização fundiária por meio da obtenção dos documentos necessários à efetivação desta ação, inclusive com a diligência junto aos cartórios e demais órgãos competentes;
- n) Controlar os vencimentos de licenças, autorizações e outros documentos e comunicar a CODEVASF, através da fiscalização do contrato ou unidade orgânica responsável, com antecedência de 150 dias dos vencimentos, bem como comunicar aos técnicos de campo para não realizarem nenhuma atividade sem o devido licenciamento;
- o) Auxiliar no desenvolvimento, acompanhamento e/ou elaborar estudos, projetos e programas ambientais prévios e necessários aos processos de licenciamento e/ou regularidade ambiental dos empreendimentos;
- p) Acompanhar a implantação de estudos, projetos e programas ambientais, e avaliar os relatórios de acompanhamento dos mesmos, bem como a elaboração dos relatórios de cumprimento das condicionantes ambientais, podendo, também, auxiliar na confecção dos referidos relatórios, caso seja demandado pela CODEVASF;
- q) Apoiar a CODEVASF na fiscalização e supervisão das atividades previstas na Licença Ambiental e nos estudos ambientais, especialmente na condução das medidas mitigadoras de impacto ambientais implantadas ou em implantação no perímetro da obra. Ações diretas da construtora deverão ser notificadas à mesma para providências e a reincidência comunicar à CODEVASF sobre o ocorrido;
- r) Avaliar e emitir pareceres aos relatórios das atividades ambientais, produzidos pela construtora, informando seu andamento e sugerindo correções e/ou adequações quando necessário;
- s) Apoiar as atividades relacionadas à divulgação do empreendimento junto às comunidades e municípios beneficiados pelos programas, envolvendo comunicação social e educação ambiental;

- t) Assessorar as atividades de transferência da titularidade do Licenciamento, outorga e Gestão Ambiental dos empreendimentos aos municípios e/ou às empresas concessionárias de serviços públicos envolvidos.

5.3.4. Técnico de obras:

- a) A atribuição principal do técnico de obras será fiscalizar e acompanhar diariamente os serviços executados e apoiar nas soluções técnicas em casos de interferências da obra com redes de drenagem, água, telefonia e etc.
- b) Os técnicos de obras, de acordo a sua habilitação técnica, serão responsáveis por acompanhar a execução dos serviços de engenharia em municípios da região da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF;
- c) Os técnicos de obras, juntamente com os engenheiros para apoio à fiscalização e a fiscalização da CODEVASF, acompanharão as obras e serviços de engenharia com a responsabilidade de fazer anotações no diário de obras, devidamente acompanhadas de fotografias, deverão verificar as execuções dos serviços em relação as especificações técnicas do projeto, acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro, verificar aplicação das normas de segurança do trabalho e verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e dos serviços executados;
- d) Os técnicos de obras deverão sempre informar aos engenheiros para apoio à fiscalização, para que estes informem à fiscalização da CODEVASF, através de relatório mensal de andamento, os detalhes dos serviços executados e atualização do cronograma físico- financeiro;
- e) Os técnicos deverão, junto com os engenheiros para apoio à fiscalização, elaborar as prévias das medições mensais para aprovação da fiscalização da CODEVASF, e após conferência da mesma, deverão elaborar as medições definitivas do mês para a CODEVASF;
- f) Os técnicos de obras serão responsáveis pelo acompanhamento das obras e serviços de engenharia de modo que atendam ao cronograma físico previsto pela empresa responsável pela execução destas;
- g) Os técnicos deverão participar e dar ciência de todas as retificações executivas necessárias para serem registradas em projeto “as built”;
- h) Os técnicos deverão, juntamente com os engenheiros para apoio à fiscalização e técnicos das empresas responsáveis pela execução de obras e serviços de engenharia, rever a lista de materiais do projeto para que sejam adquiridos apenas os materiais realmente necessários e verificados “in loco”, bem como as atualizações necessárias conforme detalhamentos construtivos;
- i) Os técnicos deverão solicitar às frentes de serviços para atendimento do cronograma físico- financeiro em vigor;
- j) Os técnicos de obras, mediante autorização da CODEVASF, para fins de apoio à fiscalização, poderão utilizar as estruturas de escritório montadas para o fiscal da CODEVASF no canteiro das empresas responsáveis pela execução das obras e serviços de engenharia.

5.3.5. Auxiliar Administrativo:

- a) Deverá dar apoio administrativo à contratada visando o controle e fiscalização da CODEVASF;
- b) Deverá analisar a gestão de pessoal realizada pelas empresas responsáveis pela execução de obras e serviços de engenharia.

5.3.6. Assistente Social:

- a) Deverá realizar o diagnóstico das famílias beneficiárias com perfil socioeconômico da população das áreas de intervenção;
- b) Deverá planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar as ações das empresas responsáveis pela execução de obras e serviços de engenharia;
- c) Promoção do processo educativo que esclareça e valorize a infraestrutura implantada e busque mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente, na redução de doenças e melhoria dos níveis de saúde da população.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos.

6.2. CONSÓRCIO

6.2.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Será permitida a subcontratação de alguns dos serviços objeto deste TR, considerados secundários e abaixo discriminados, com anuência prévia da CODEVASF:

- a) Locação de veículos;
- b) Serviços gráficos;
- c) Locação de equipamentos, computadores e notebook;
- d) Serviços topográficos.

6.3.1.1. Em caso de subcontratação das atividades por empresas especializadas, o licitante deverá apresentar no ato da licitação, atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa subcontratada, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter realizado os serviços objeto da subcontratação, com técnicas semelhantes ou superiores às requeridas para subsidiar as atividades de apoio a fiscalização e supervisão técnica das ações da CODEVASF previstas neste termo de referência.

6.3.1.2. Caso haja subcontratação de empresas especializadas é responsabilidade total da CONTRATADA, perante CODEVASF, a garantia da qualidade dos serviços e a observância de normas técnicas e códigos profissionais.

7. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

- 7.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita ao local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 7.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser apresentada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 7.3. Os custos de visita aos locais dos serviços de engenharia correrão por exclusiva conta da licitante.
- 7.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços de engenharia, as licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Revitalização das Bacias Hidrográficas da 5ª Superintendência Regional da Codevasf, em Penedo, no estado de Alagoas no telefone: (82) 3551-9429.
- 7.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços de engenharia e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração - Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.

8. PROPOSTA FINANCEIRA

- 8.1. A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.
- 8.2. A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:
 - a) Planilha de Custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo IV (Formulários PFP, PFP-2.1, PFP-2.2, PFP-2.3, PFP-3, CRO-1 e CRO-2) que é parte integrante deste TR, observando-se os preços máximos globais orçados pela CODEVASF.

- a1) Junto com a proposta, as Planilhas de Custos dos Serviços deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - a2) Os salários dos profissionais referidos neste Termo de Referência não poderão ser inferiores ao piso estabelecido pela Lei nº 4.950A/66 (caso dos engenheiros), pela Convenção Coletiva do Sindicato da Indústria da Construção do Estado de Alagoas – SINDUSCON (caso dos técnicos) ou aos pisos fixados em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, onde houver. Nas localidades não abrangidas por esses instrumentos, os salários deverão ser compatíveis com os praticados no mercado e experiência exigida neste Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
- 8.3. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da CODEVASF, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 8.4. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.
- 8.5. Não foram considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União.
- 8.6. O percentual do ISS deverá ser do município onde serão prestados os serviços. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços.
- 8.7. No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.
- 8.8. As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 8.9. O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.

9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA

9.1.1. Capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor do orçamento de referência da Codevasf.

- a) Caso a empresa não possua capital social mínimo definido acima, poderá ter como comprovação um patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do mesmo valor, por meio da

apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, conforme Acórdão do TCU nº 1214/2013 – Plenário.

- b) Apresentar índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, com parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade." Conforme previsto na Súmula nº 289 – TCU.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência;
- b) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante tenha executado *serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica em obras com porte e complexidade similares ao objeto desta licitação*, com os seguintes quantitativos mínimos*:

Item	Serviço	Quantidade
01	Supervisão, Gerenciamento ou Fiscalização em obras de abastecimento de água ou similar, com vazão mínima de 2 L/s	01 unidade
02	Supervisão, Gerenciamento ou Fiscalização de escavação em obras de sistema de abastecimento de água ou similar, com no mínimo 35.000 m ³	01 unidade
03	Supervisão, Gerenciamento ou Fiscalização de assentamento de tubulação e/ou ramais de ligação em obras de sistema de abastecimento de água ou similar, com no mínimo 30.000 m	01 unidade
04	Serviços de acompanhamento ou monitoramento de testes de operação (funcionamento dos equipamentos e instrumentos) em obras de abastecimento de água ou similar, com vazão mínima de 2 L/s	01 unidade

- b1) Entende-se por similares os serviços de porte e complexidade equivalentes, supervisão ou gerenciamento ou fiscalização de projetos de sistema de abastecimento de água ou sistema de esgotamento sanitário;

- b2) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA, descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução;
- b3) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual ele tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- I. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, todas as experiências atestadas serão reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas, na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;
 - II. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.
- c) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional (is) de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviços de **supervisão, gerenciamento ou fiscalização em obras de abastecimento de água.**
- c1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço.
- c2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- c3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA, devidamente atualizada;
- c4) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. Os recursos orçamentários em que correrão as despesas da presente contratação são oriundos do Programa de Trabalho: 18.544.2221.15XT.0027 - Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Águas do Canal do Sertão Alagoano - no Estado de Alagoas, sob a gestão da 5ª Superintendência Regional CODEVASF.
- 10.2. A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços objeto desta licitação o valor máximo global de **R\$ 3.125.647,08 (três milhões, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oito centavos)**.
- 10.3. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base nos preços da Tabela de Preços de Consultoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) de Janeiro de 2022, do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO (criado pelo DNIT) de Janeiro de 2022, do SINAPI de Abril de 2022, da N-201 norma de ajuda de custo Codevasf e cotações de mercado, atendendo o disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. No orçamento de referência foram consideradas Custo de Administração, Despesas Gerais e Despesas Fiscais.

- 10.3.1. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

DESPESAS FISCAIS:	ISS: 5,0% - PIS: 1,65% - CONFINS: 7,60% - CPRB: 4,50%	Fornecimento: Não se aplica.
ENCARGOS SOCIAIS:	69,73% Equipe com vínculo – 20,00% Autônomo/Consultoria	
OUTROS:	Custos de Administração: 15%	Remuneração da Empresa (Lucro): 10%

- 10.4. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 11.1. O prazo para execução do objeto deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS), podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 11.2. O prazo para vigência do contrato, contado em dias consecutivos, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, será o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 90 (noventa) dias para expedição do Termo de Encerramento Físico dos serviços.
- 11.3. A prorrogação do prazo de execução dos serviços de apoio à fiscalização está condicionada à prorrogação do prazo de execução da obra/serviço (obras/serviços) sob o(s) qual(is) é realizada a fiscalização.

12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. Os pagamentos dos serviços serão efetuados em reais, com base nas medições de cada etapa/evento do cronograma físico-financeiro, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- a) Remuneração dos serviços executados, mediante apresentação de faturas mensais, após aprovação dos relatórios e documentos que deram origem ao faturamento, de acordo com o programa de trabalho e o cronograma físico;
 - b) A fiscalização autorizará a CONTRATADA a emitir os respectivos documentos de cobrança;
 - c) Caso existam dúvidas acerca dos relatórios e documentos, a parcela referente a esses serviços poderá ser retida até que as mesmas sejam sanadas pela CONTRATADA. Depois de sanados os motivos da retenção, a CODEVASF terá 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento da referida parcela.
- 12.2. A CODEVASF pagará à Contratada mediante a apresentação de faturas mensais, que deverão ser acompanhadas de Relatório Mensal de Execução dos serviços, e parecer da Fiscalização por meio do Relatório de Acompanhamento Técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.
- 12.3. Para efeito de apuração do valor de cada parcela devida serão aplicados os preços ofertados na Proposta de Preços da Contratada, observando-se que os custos referentes à equipe técnica serão medidos e pagos mensalmente através da apuração dos serviços prestados, com base nos preços unitários propostos e na efetiva utilização dos seus integrantes na realização dos serviços.
- 12.4. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.
- 12.5. A Contratada não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta.
- 12.6. A Contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.
- 12.7. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:
- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
 - b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;

- c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
- d) Moradia, alimentação e transporte.

13. REPACTUAÇÃO E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 13.1. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice setorial publicado na revista “Conjuntura Econômica” da Fundação Getúlio Vargas, correspondente à coluna 39 (Custo Nacional da Construção Civil) - Serviços de Consultoria, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V_x \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right]$$

Onde :

R - valor do reajustamento

V - valor a ser reajustado

I1 – índice correspondente ao mês de aniversário da proposta.

I0 – índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

14. MATRIZ DE RISCO

- 14.1. A matriz de risco está apresentada no Anexo V deste Termo de Referência com o objetivo de definir as áreas a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 14.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Risco é da Codevasf.
- 14.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 14.4. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e ter elevado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 14.5. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

15. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1. A contratada deverá fornecer Veículo leve 1.6 ou superior com ar-condicionado, incluindo despesas com combustível, óleos, conservação e manutenção para locomoção dos profissionais conforme planilha abaixo:

Profissional	Equipamento	Quantidade
Engenheiro Civil Pleno	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Engenheiro Civil Pleno	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Técnico Ambiental	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Técnico de obras	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Técnico de obras	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Técnico de obras	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Técnico de obras	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Técnico de obras	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses
Assistente social	Veículo leve 1.6 ou superior	12 meses

Total de 9 veículos leve 1.6 ou superior por 12 meses (108 meses).

- 15.2. A contratada deverá imprimir os projetos básicos e/ou para construção das obras a serem fiscalizadas.
- 15.3. A contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização daCodevasf.
- 15.4. A contratada deverá fornecer Notebook com sistema Windows 11 64 bits original, processador Intel Core i5 7ª geração, 8GB de memória RAM, 1TB de HD, display de 15,6 polegadas, garantia de 12 meses (ou configurações superiores) conforme a tabela abaixo:

Profissional	Equipamento	Quantidade
Engenheiro Civil Pleno	Notebook	12 meses
Engenheiro Civil Pleno	Notebook	12 meses
Técnico Ambiental	Notebook	12 meses
Técnico de obras	Notebook	12 meses
Técnico de obras	Notebook	12 meses
Técnico de obras	Notebook	12 meses
Técnico de obras	Notebook	12 meses
Técnico de obras	Notebook	12 meses
Assistente social	Notebook	12 meses

Total de 9 notebooks por 12 meses (108 meses).

15.5. A contratada deverá fornecer Telefone celular 32GB, câmera traseira de 13MP (ou configurações superiores) conforme a tabela abaixo:

Profissional	Equipamento	Quantidade
Engenheiro Civil Pleno	Telefone celular	12 meses
Engenheiro Civil Pleno	Telefone celular	12 meses
Técnico Ambiental	Telefone celular	12 meses
Técnico de obras	Telefone celular	12 meses
Técnico de obras	Telefone celular	12 meses
Técnico de obras	Telefone celular	12 meses
Técnico de obras	Telefone celular	12 meses
Técnico de obras	Telefone celular	12 meses
Assistente social	Telefone celular	12 meses

Total de 9 telefones celular por 12 meses (108 meses).

15.6. A contratada deverá fornecer diárias/hospedagem para os profissionais em trânsito, ou seja, que prestam serviços em vários municípios e na quantidade da tabela abaixo:

Profissional	Dimensionamento	Quantidade
Engenheiro Civil Pleno	2 eng. ^o x 12 meses x 16 di/mês = 384 diárias per noite	384 diárias
Técnico Ambiental	1 tecn. ambiental x 12 meses x 16 di/mês = 192 diárias per noite	192 diárias
Técnico de obras	5 tecn. de obra x 12 meses x 16 di/mês = 960 diárias per noite	960 diárias
Assistente Social	1 assistente social x 12 meses x 16 di/mês = 192 diárias per noite	192 diárias

Total de 1728 (um mil setecentos e vinte e oito) diárias/hospedagem aos profissionais para a fiscalização e apoio nas obras, não cabendo mais nenhum tipo de indenização por parte da Codevasf para despesas dessa natureza aos profissionais.

15.7. A contratada deverá fornecer diárias com alimentação para os profissionais em trânsito, ou seja, que prestam serviços em vários municípios e na quantidade da tabela abaixo:

Profissional	Dimensionamento	Quantidade
Engenheiro Civil Pleno	2 eng.º x 12 meses x 20 ali = 480 alimentações	480 unidades
Técnico Ambiental	1 tecn. ambiental x 12 meses x 20 ali = 1200 alimentações	240 unidades
Técnico de obras	5 tecn. x 12 meses x 20 ali = 1200 alimentações	1200 unidades
Auxiliar Administrativo	3 aux. x 12 meses x 20 ali = 720 alimentações	720 unidades
Assistente Social	1 assistente social x 12 meses x 20 ali = 1200 alimentações	240 unidades

Total de 2880 (dois mil, oitocentos e oitenta) alimentações aos profissionais para a fiscalização e apoio nas obras, não cabendo mais nenhum tipo de indenização por parte da Codevasf para despesas dessa natureza aos profissionais.

- 15.8. A contratada deverá fornecer EPI para os engenheiros e técnicos de obras como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc.
- 15.9. A contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da Codevasf e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela Codevasf previamente.
- 15.10. A contratada deverá fornecer ART quitada dos engenheiros para as atividades realizadas.

16. ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS

- 16.1. A contratada deverá elaborar o Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços abaixo, contendo a sequência de etapas/fases/tarefas, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos:
- a) Supervisão técnica e apoio à fiscalização nas obras e serviços de engenharia no âmbito da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF;
 - b) Descrição da metodologia de trabalho;
 - c) Descrição do planejamento e da execução das atividades.
- 16.2. A contratada deverá elaborar relatórios mensais de progresso do contrato, o qual demonstra a situação das obras, serviços de engenharia, projetos e outras atividades desenvolvidas no período, devendo vir acompanhado de fotografias e outros documentos comprobatórios das informações.
- 16.3. A contratada deverá elaborar, para ser entregue mensalmente junto à medição da empresa responsável pela execução das obras e serviços o relatório de acompanhamento técnico da obra.

- 16.4. A contratada deverá elaborar o relatório de acompanhamento de serviços a ser entregue mensalmente junto à medição da Construtora, bem como na sua própria medição.
- 16.5. A contratada deverá elaborar o relatório final, a ser entregue ao término dos trabalhos, no qual apresenta o relato de todas as atividades realizadas ao longo do contrato, acompanhado de toda documentação comprobatória, inclusive com os desenhos “as built”.
- 16.6. As despesas para a confecção dos Relatórios estão previstas no item 4 do Formulário PFS-III “Serviços Gráficos”.
- 16.7. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à CONTRATADA.

17. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

- 17.1. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas e Manuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- 17.2. As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.
- 17.3. A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.
- 17.4. Os relatórios, desenhos, memoriais, etc., deverão obedecer às unidades do Sistema Métrico Internacional. Se houver necessidade de citar outras unidades, os valores expressos nestas serão indicados entre parênteses, ao lado da correspondente unidade oficial.
- 17.5. Os textos dos relatórios, mapas, desenhos, planilhas, etc., devem ser fornecidos em meio digital, de forma a serem editados e reeditados pela CODEVASF.
- 17.6. Encadernação - a encadernação dos relatórios parciais, final e específicos poderá ser em espiral, capa dura ou garra plástica
- 17.7. Os Plano de Trabalho, os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal e Final) e os relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada devidamente assinados em uma via impressa e outra em meio digital.

18. FISCALIZAÇÃO

- 18.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 18.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

- 18.3. A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas parte.
- 18.4. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 18.5. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 18.6. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 18.7. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 18.8. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.
- 18.9. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 18.10. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 18.11. O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 18.12. Analisar e aprovar os relatórios mensal e final. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.
- 18.13. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 18.14. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.
- 18.15. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 18.16. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

- 18.17. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 18.18. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 18.19. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da execução dos serviços, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 18.20. Receber as etapas dos serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 18.21. Informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 18.22. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições e serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 18.23. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 18.24. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 18.25. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

19. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 19.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma “Garantia de Execução” no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 19.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Área de Revitalização de Bacias da 5ª Superintendência Regional da Codevasf, até a data da assinatura do contrato.
- 19.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia deverá estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento

Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.

- 19.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 19.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela **Codevasf**, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da **Codevasf**.
- 19.6. A não integralização de garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 19.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 19.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela Codevasf.
- 19.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
 - a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contratado;
 - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
 - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Poderão ser aplicadas ainda as seguintes sanções:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária.
- 20.2. Será aplicada advertência no caso de descumprimento de cláusulas que não interfira na execução dos serviços de engenharia ou na sua conclusão e não traga sérios prejuízos econômicos e funcionais a Codevasf.
- 20.3. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da contratada, cabe a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei.

- 20.4. Nos casos de inexecução parcial dos serviços ou atraso na execução destes, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato ou fase em atraso, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.
- 20.5. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico dos serviços ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, aplicar-se-á multa moratória pela fiscalização, a ser calculada pela seguinte equação:

$$M = (C / T) \times N \times F$$

Onde:

M = valor da multa;

C = valor correspondente a fase, contrato, etapa ou parcela do serviço em atraso;

T = parâmetro de ponderação de valor, conforme a tabela 02;

N = número de funcionários ou período de atraso em dias corridos;

F = Fator percentual progressivo, conforme a tabela 01.

Tabela 01 - Fatores F e K

Período de atraso em dias corridos	Fator F
Até 10 dias	0,02
11 a 20 dias	0,04
21 a 30 dias	0,08
De 31 a 40 dias	0,12
Acima de 41 dias	0,15
Números de funcionários sem utilizar EPI ou EPC	Fator F
Até 10	0,02
11 a 20	0,04
21 a 30	0,08
De 31 a 40	0,12
Acima de 41	0,15
Valor da medição	Fator K
Até R\$ 50.000,00	3%
R\$ 50.000,01 até R\$ 100.000,00	2%
R\$ 100.000,01 até R\$ 300.000,00	1%
R\$ 300.000,01 até R\$ 500.000,00	0,8%
R\$ 500.000,01 até R\$ 1.000.000,00	0,5%
Acima de R\$ 1.000.000,01	0,3%

Tabela 02 - Inadimplências e o respectivo grau de penalidade

Inadimplências	C	T	N
Pelo não atendimento à determinação estipulada pela fiscalização, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à contratada através do registro no diário de serviços ou no livro de ocorrências ou por outro documento escrito para apresentação de documentos, justificativas ou reparação de serviços.	0,5% da Previsão de medição no mês da notificação ou registro pela fiscalização.	T = 1	Dias atrasados a partir da data limite estipulada pela fiscalização na notificação ou registro.
Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual – EPI por funcionários ou equipamentos de proteção coletiva – EPC.	K% da Previsão no mês da notificação para medição no cronograma da contratada, sendo fator K de acordo com o valor da medição.	T = 1	N = número de funcionários sem EPI trabalhando sem EPC
Não disponibilizar equipamentos condizentes com o objeto a ser executado.	Valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço executado no período com os equipamentos	T = 2	Dias executados com os referidos equipamentos sem a substituição a partir da notificação da fiscalização.
Não mobilizar em até 15 (dias) dias após emissão da Ordem de Serviço, sendo o prazo pelos dias de atraso após estes 15 (quinze).	Previsão no período para medição no cronograma da contratada	T=1	Atraso em dias corridos.
Promover danos ambientais.	K% da Previsão do valor da medição no mês da notificação pela fiscalização	T = 0,25	Atraso em dias corridos a partir da data limite determinada pela fiscalização por notificação ou registro para reparação do dano.

Inadimplências	C	T	N
Deixar de substituir funcionário, quando solicitado formalmente pela fiscalização por problemas técnicos ocorridos nos serviços executados pelo mesmo ou por falta de urbanidade com a fiscalização.	K% da Previsão do valor da medição no mês da notificação pela fiscalização	T = 2 por problemas técnicos e T = 1 por falta de urbanidade	Dias trabalhados pelo profissional após notificação
Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	0,02% do valor do contrato	T = 1	Dias atrasados
Deixar de corrigir os serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.	K% da Previsão do valor da medição no mês da notificação pela fiscalização	T = 1	Atraso em dias corridos a partir da data limite determinada pela fiscalização por notificação ou registro para reparação do serviço ou vício
Por dificultar ou impedir o acesso da fiscalização a documentos, materiais e local dos serviços.	0,01% do valor do contrato	T = 0,5	Atraso em dias corridos a partir da notificação.
Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico dos serviços, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela fiscalização.	Valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso.	T = 2 até 20,00 %, T = 1 entre 20,01% até 50,00% e T = 0,5 acima de 50,01% de atraso.	Atraso em dias corridos.
Fornecer informações falsas em relação à prestação dos serviços. Prazo contatado a partir da data da notificação da fiscalização até a apresentação das novas informações corretas.	0,01% do valor do contrato	T = 0,5	Atraso em dias corridos a partir da notificação.
Não apresentação da garantia no prazo	Valor correspondente a garantia contratual	T = 2	Atraso em dias corridos.
Pelo atraso na conclusão dos serviços, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	Valor correspondente à fase, etapa ou parcela do serviço em atraso.	T = 2 até 20,00 %, T = 1 entre 20,01% até 50,00% e T = 0,5 acima de 50,01% de atraso.	Atraso em dias corridos.

20.6. Todas as inadimplências da tabela 02 devem ser precedidas de advertência por escrito pela Fiscalização.

- 20.7. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 20.8. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela fiscalização, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 02, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 20.9. As multas moratórias previstas na tabela 02 deste termo de referência serão descontadas / glosadas na medição pela fiscalização, após notificação à contratada, podendo a mesma apresentar justificativa junto a fiscalização para suspensão ou anulação da mesma em até 10 (dez) úteis após a comunicação.
- 20.10. A fiscalização tem até 5 (cinco) dias úteis para manifestar o aceite e recusa das justificativas apresentadas pela contratada em relação às multas moratórias da tabela 02 deste termo de referência, caso seja mantida a fiscalização deverá realizar a glosa na medição subsequente.
- 20.11. A contratada poderá recorrer em até 5 (cinco) dias úteis da data de comunicação de decisão da fiscalização no item 19.10 sobre a recusa da justificativa apresentada das aplicações das multas moratórias da tabela 02 deste termo de referência, que deverá ser instruído em regular processo administrativo pela fiscalização.
- 20.12. Após manifestação da fiscalização e da assessoria jurídica, a decisão de manter ou recusar a aplicação da multa moratória da tabela 02, caberá ao Comitê de Gestão Executiva em contratados sob gestão da Superintendência ou pela Diretoria Executiva da Codevasf quando o contrato for de gestão das Áreas de Diretoria, para evitar custos processuais administrativos altos.
- 20.13. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:
- a) As multas poderão ser aplicadas à contratada e descontando-as primeiramente dos pagamentos a serem efetuados;
 - b) Caso a multa seja superior aos saldos de pagamentos, poderá a diferença ser descontada da garantia prestada pela contratada;
 - c) Caso não existam saldos de pagamentos, a multa será descontada na totalidade da garantia prestada pela contratada;
 - d) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - e) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - f) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade Regional de Finanças da 1ªSR/Codevasf – 1ª/UFN ou Gerência de Finanças da Codevasf em Brasília o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

- 20.14. A licitante vencedora terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável em relação aos itens 20.10 a 20.12, terá mais um prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Codevasf, que procederá ao seu exame.
- 20.15. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá relevar ou não a multa.
- 20.16. Em caso de relevação da multa, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 20.17. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.
- 20.18. A sanção de suspensão observará os parâmetros estabelecidos no Regulamento de Licitações e Contratos da Codevasf, e pode ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Codevasf, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.19. Aos atos praticados após a etapa da licitação, será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, no prazo de até 2 (dois) anos, previsto no art. 83 da Lei 13.303/2016.
- 20.20. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 20.21. Aplicar-se-á à presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016 e arts. 89 a 99 da Lei 8.666/93, conforme preconiza o art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 20.22. As multas constantes neste TR são meramente financeiras, não isentando a licitante do ressarcimento por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa, podendo ser aplicadas cumulativamente com as sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a União.
- 20.23. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante penalizada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais

21. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 21.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 18 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.
- 21.2. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 21.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 21.4. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua designação.
- 21.5. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 21.6. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 21.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 21.8. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.
- 21.9. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
 - a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
 - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
 - c) Liberação da Caução Contratual.
- 21.10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

22. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

22.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá quando couber:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

23. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

23.1. A contratada, quando da execução dos serviços de acompanhamento objeto deste Termo de Referência, deverá estar atenta, se a execução do referido objeto está atendendo à legislação vigente que estabelece diretrizes para a sustentabilidade ambiental, no tocante a projetos, serviços de engenharia e aquisição de materiais, quais sejam:

23.1.1. Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde se deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;
- b) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- c) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- f) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

23.1.2. Deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - b1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

23.1.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e

outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;

- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

23.2. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos;
 - b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização;
 - c) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86;
 - d) Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- d1) A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a CODEVASF a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato, e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo ou função gratificada na CODEVASF.

24.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter

situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

- 24.3. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.
- 24.4. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 24.5. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.
- 24.6. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 24.7. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços de engenharia dentro do prazo contratual.
- 24.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 24.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução dos serviços de engenharia.
- 24.10. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 24.11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.
- 24.12. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.
- 24.13. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 24.14. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.

- 24.15.A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 24.16. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 24.17. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 24.18. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 24.19. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 24.20. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 24.21. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 24.22. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para, na execução dos serviços de engenharia, objeto da presente licitação, atender ainda as seguintes normas complementares:
- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.
 - b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 24.23. A Contratada deverá disponibilizar para a equipe de Fiscalização da Codevasf, veículo, em estado novo, de no máximo dois anos de fabricação, para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da Codevasf, sendo que ao final das obras o veículo será devolvido à contratada.
- 24.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar também veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.



- 24.25. Nos veículos devem ser utilizados adesivos com identificação: “A SERVIÇO DA CODEVASF”, em atendimento a CI nº 078/2020 do PR/GB.
- 24.26. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos nos subitens 23.23 e 23.24, durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.
- 24.27. Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.
- 24.28. A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.

25. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 25.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
- 25.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 25.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 25.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 25.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 25.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 25.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

26. CONDIÇÕES GERAIS

- 26.1. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 26.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

27. ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I: Justificativas;
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

- Anexo III: Orçamento Estimativo de Referência;
- Anexo IV: Modelos de Formulários;
- Anexo V: Matriz de Risco.

Penedo/AL, Junho de 2022.

Engª Mickaelly Vieira Alves

Chefe Substituta da 5ª GRR/USA
CODEVASF - 5ª SR



ANEXO I

JUSTIFICATIVAS

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Da necessidade da contratação:

Os serviços descritos neste termo de referência tratam da execução de atividades de apoio à fiscalização e elaboração de documentos técnicos complementares para implantação das obras de Sistemas de Abastecimento D'água na região de influência do Canal do Sertão, no Estado de Alagoas, área de atuação da 5ª Superintendência Regional da Codevasf.

Dado o expressivo crescimento da alocação de recursos à Codevasf, por meio de emendas parlamentares, TED's e Convênios, incluindo esta 5ª Superintendência Regional, faz-se necessária a contratação de terceiros para assistir os fiscais e subsidiá-los de informações pertinentes para a tomada de decisões, visando prover aos fiscais condições de cumprirem seu trabalho com eficiência a fim de que a despesa pública atinja plenamente sua finalidade.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários: Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

Considerando-se a imprecisão inerente dos quantitativos em razão da natureza do objeto, entendemos que a contratação por empreitada a preços unitários seja aquela que melhor se adequa à necessidade, onde seriam pagos apenas os serviços efetivamente executados em cada mês.

Modalidade Licitatória:

Pregão Eletrônico (Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019)

Por se tratar de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste TR, por meio de especificações usuais no mercado.

Justificativa da divulgação do orçamento

A divulgação do orçamento se trata de aspecto importante das peças técnicas a serem fornecidas, sendo justificada uma vez que orçamento de referência servirá como critério para aceitabilidade das propostas, bem como de base para apresentação das propostas das licitantes, mesmo sendo o critério de julgamento o menor preço.

Registra-se, nesse mesmo sentido, a recomendação contida no Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, que dispõe:

Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Desapropriação: Não aplicável.

Trata-se de serviço de consultoria, com fornecimento exclusivo de mão de obra e equipamentos necessários ao devido acompanhamento das obras. Não necessária a elaboração de Plano de Desapropriação.

Critério de Julgamento:

Menor Preço, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Aprovação do Projeto Básico:

Os serviços de apoio, objeto do presente TR não demandam a elaboração de Projeto Básico.

Qualificação Técnica:

As exigências da Qualificação Técnica visam principalmente garantir que as licitantes que se apresentarem possuam experiência na realização de serviços similares e compatíveis com o objeto da licitação, garantindo mais eficiência na execução deste objeto.

Licença ambiental:

No presente TR não está prevista a realização de obras ou de atividades degradadoras ou utilizadoras de recursos naturais que sejam passíveis de licenciamento ambiental.

Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio:

A ausência da previsão de consórcio neste TR não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação.

A execução integral deste objeto é comumente oferecida no mercado, de modo que o cumprimento do escopo não depende da atuação de empresas diversas, não precisando adotar o consórcio como mecanismo legal de ampliação da competição.

A compreensão do cenário sobre a participação de consórcios em licitação, que passa pela avaliação de critérios de conveniência e oportunidade diante das peculiaridades do mercado em que se insere o objeto licitado é uma análise da Área Técnica de acordo com natureza do mesmo.

Subcontratação:

Será permitida a subcontratação para as atividades que não constituem o escopo principal do objeto e os itens exigidos para comprovação técnica operacional ou profissional, desde que autorizada previamente pela fiscalização.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de 21 meses, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Penedo - AL, Junho de 2022.

Eng^a Mickaelly Vieira Alves
Chefe Substituta da Unidade Regional de Empreendimentos Socioambientais
5ª GRR/USA - 5ª SR



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ____/____/____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



PROPOSTA FINANCEIRA DO PROJETO										CODIGO: PFP	
NOME DA CONSULTORA:											
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS					CONTRATANTE: CODEVASF				BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022		
Base	Cod1	Cod2	Categoria / Insumo	Uni	Qde	CUD	PU	FatorK	CT	PT	
DNIT	MO2	P8060	Engenheiro consultor especial (com enc. Co	h	480,00	116,90	198,18	1,6953	56.112,00	95.126,40	
DNIT	MO1	P8066	Engenheiro Civil Pleno	mês	12,00	10.767,48	24.978,40	2,3198	129.209,76	299.740,80	
DNIT	MO1	P8066	Engenheiro Civil Pleno	mês	12,00	10.767,48	24.978,40	2,3198	129.209,76	299.740,80	
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	35.162,88	81.570,84	
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	35.162,88	81.570,84	
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	35.162,88	81.570,84	
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	35.162,88	81.570,84	
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	35.162,88	81.570,84	
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	35.162,88	81.570,84	
DNIT	MO1	P8143	Técnico Ambiental	mês	12,00	2.462,64	5.712,83	2,3198	29.551,68	68.553,96	
DNIT	MO1	P8135	Auxiliar de escritório	mês	12,00	2.231,03	5.175,54	2,3198	26.772,36	62.106,48	
DNIT	MO1	P8135	Auxiliar de escritório	mês	12,00	2.231,03	5.175,54	2,3198	26.772,36	62.106,48	
DNIT	MO1	P8135	Auxiliar de escritório	mês	12,00	2.231,03	5.175,54	2,3198	26.772,36	62.106,48	
DNIT	MO1	P8019	Assistente social júnior	mês	12,00	2.496,60	5.791,61	2,3198	29.959,20	69.499,32	
DNIT	EC	E1	Encargos Complementares e Adicionais	mês	12,00	3.905,29	4.904,26	1,2558	46.863,48	58.851,12	
CODE	DP	V1	Diárias per noite	dia	1.728,00	218,10	273,89	1,2558	376.876,80	473.281,92	
CODE	DA	V2	Alimentação	dia	2.880,00	87,00	109,25	1,2558	250.560,00	314.640,00	
CODE	EM	M1	Relatório Parcial	un	24,00	28,22	35,43	1,2558	677,20	850,32	
CODE	EM	M1	Relatório Final	un	6,00	1.955,48	2.455,70	1,2558	11.732,90	14.734,20	
COTAÇÃO	COT	LO	Telefone (celular)	Unid. x Mês	108,00	63,64	79,92	1,2558	6.873,12	8.631,36	
CODE	CCU VEÍCU LO	V3	Fornecimento de veículo leve 1.6 ou superior, com ar-condicionado, incluindo despesas com combustível, óleos, conservação e manutenção.	mês	108,00	5.809,87	7.296,03	1,2558	627.465,80	787.971,24	
COTAÇÃO	COT	LO	Locação - Notebook conforme especificação (5 und)	Unid. x Mês	108,00	293,84	369,00	1,2558	31.734,72	39.852,00	
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS								R\$ 1.982.957,90			
TOTAL DOS ENCARGOS E DESPESAS DIVERSAS								R\$ 1.142.689,18			
TOTAL DA PROPOSTA								R\$ 3.125.647,08			
OBSERVAÇÃO:											
Alocar os Insumos MO, com respectivo FatorK, dentro da categoria de vínculo contratual (com ou sem) de cada tipo de profissional											
Uni - unidade de medição do insumo;											
Qde - Quantidade do Insumo (não pode ocorrer alteração pela Licitante)											
CUD - Custo Unitário Direto do Insumo (sem encargos, taxas e impostos, valor não pode ser maior que o Orçado pela Codevasf)											
CT - Custo Total (sem encargos, taxas e impostos) - CT = Qde x CUD											
FatorK - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos (detalhar composição nas Planilhas "PFP2.1", "PFP2.2", "PFP2.3", "PFP3")											
PU - Preço Unitário do Insumo (incluído encargos, taxas e impostos) - PU = CUD x FatorK											
PT - Preço Total do Insumo (incluído encargos, taxas e impostos) - PT = Qde x PU											
Encargos complementares e adicionais contempla: assistência médica, seguro de vida, custos de EPI e exame ocupacional. Preços de referência do SICRO para os técnicos e topógrafos e auxiliares.											
Os valores de diárias e alimentação foram retirados do anexo da N-201 da CODEVASF											
COT-Cotação de preço de mercado LO- Locação											
MO1 - Mão de obra sobre regime de Celetista, encargos calculados via FatorKa											
MO2 - Mão de obra sobre regime de Autônomo, encargos calculados via FatorKb											
MO3 - Mão de obra sobre regime de Societários, encargos calculados via FatorKc											
Engenheiro de projetos pleno - foi utilizado para o valor 44hrs por semana x 4 semanas (10.408,29/176 + os encargos)											
P - Profissionais nível superior nas áreas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, conforme disposições da Lei 4.950-A/66											
S - Profissionais de nível superior nas demais áreas de atuação, incluindo Arqueólogo, Biólogo, Geógrafo e Sociólogo											
T - Profissionais de nível médio técnico nas diversas áreas de atuação											
A - Profissionais de nível médio de apoio técnico-administrativo											



DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Ka			CODIGO: PFP-2.1
NOME DA CONSULTORA:			
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS		CONTRATANTE: CODEVASF	BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022
Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	211.254,77
A1	INSS	20,00%	114.812,38
A2	SESI	1,50%	8.610,93
A3	SENAI	1,00%	5.740,62
A4	INCRA	0,20%	1.148,12
A5	SEBRAE	0,60%	3.444,37
A6	Salário Educação	2,50%	14.351,55
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	17.221,86
A8	FGTS	8,00%	45.924,95
A9	SECONCI		0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	16,09%	92.366,56
B3	Auxílio Enfermidade	0,66%	3.788,81
B4	13º Salário	8,33%	47.819,35
B5	Licença Paternidade	0,06%	344,44
B6	Faltas Justificadas	0,56%	3.214,75
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,08%	459,25
B9	Férias Gozadas	6,38%	36.625,15
B10	Salário Maternidade	0,02%	114,81
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	10,60%	60.850,56
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,62%	20.781,04
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,09%	516,66
C3	Férias Indenizadas	3,83%	21.986,57
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,76%	15.844,11
C5	Indenização Adicional	0,30%	1.722,19
D	REINCIDÊNCIAS	6,24%	35.821,46
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	5,92%	33.984,46
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,32%	1.837,00
K1	ENCARGOS SOCIAIS	69,73%	400.293,35
Ka	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO1	2,3198	
OBSERVAÇÃO: MO1 CELETISTAS			
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.			
2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA - CELETISTAS			
Ka - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra CELETISTAS (incide apenas no Insumo Codigo MO1)			
$Ka = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kb			CODIGO: PFP-2.2
NOME DA CONSULTORA:			
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS	CONTRATANTE: CODEVASF	BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022	
Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	20,00%	11.222,40
A1	INSS	0,00%	0,00
A2	SESI	0,00%	0,00
A3	SENAI	0,00%	0,00
A4	INCRA	0,00%	0,00
A5	SEBRAE	0,00%	0,00
A6	Salário Educação	0,00%	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	0,00%	0,00
A8	FGTS	20,00%	11.222,40
A9	SECONCI	0,00%	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
B3	Auxílio Enfermidade	0,00%	0,00
B4	13º Salário	0,00%	0,00
B5	Licença Paternidade	0,00%	0,00
B6	Faltas Justificadas	0,00%	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,00%	0,00
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00
B10	Salário Maternidade	0,00%	0,00
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
C3	Férias Indenizadas	0,00%	0,00
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	0,00%	0,00
C5	Indenização Adicional	0,00%	0,00
D	REINCIDÊNCIAS	0,00%	0,00
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	0,00%	0,00
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
K1	ENCARGOS SOCIAIS	20,00%	11.222,40
Kb	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO2	1,6953	
OBSERVAÇÃO: MO2 AUTÔNOMOS			
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.			
2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA - AUTÔNOMOS			
Kb - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra AUTONOMOS (incide apenas no Insumo Código MO2)			
$Kb = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kb			CODIGO: PFP-2.2
NOME DA CONSULTORA:			
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL		CONTRATANTE: CODEVASF	BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022
Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	0,00%	0,00
A1	INSS	0,00%	0,00
A2	SESI	0,00%	0,00
A3	SENAI	0,00%	0,00
A4	INCRA	0,00%	0,00
A5	SEBRAE	0,00%	0,00
A6	Salário Educação	0,00%	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	0,00%	0,00
A8	FGTS	0,00%	0,00
A9	SECONCI	0,00%	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
B3	Auxílio Enfermidade	0,00%	0,00
B4	13º Salário	0,00%	0,00
B5	Licença Paternidade	0,00%	0,00
B6	Faltas Justificadas	0,00%	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,00%	0,00
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00
B10	Salário Maternidade	0,00%	0,00
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
C3	Férias Indenizadas	0,00%	0,00
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	0,00%	0,00
C5	Indenização Adicional	0,00%	0,00
D	REINCIDÊNCIAS	0,00%	0,00
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	0,00%	0,00
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
K1	ENCARGOS SOCIAIS	0,00%	0,00
Kb	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO3	1,4441	
OBSERVAÇÃO: MO3 SOCIETÁRIOS			
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.			
2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA - SOCIETÁRIOS			
Kc - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra SOCIETÁRIOS (incide apenas no Insumo Codigo MO3)			
$Kc = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

DESPESAS FISCAIS E CUSTOS DIVERSOS: Kc				CODIGO: PFP-3
NOME DA CONSULTORA:				
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS		CONTRATANTE: CODEVASF		BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022
Cod	DESCRIÇÃO ¹	% preço ²	% custo ⁴	R\$
K4	TAXAS E IMPOSTOS	12,40%	14,16%	387.686,60
K4.1	ISS	5,00%	5,71%	156.334,07
K4.2	PIS ³ - alíquota efetiva com percentual-desconto	1,32%	1,51%	41.342,29
K4.3	COFINS ³ - alíquota efetiva com percentual-desconto	6,08%	6,94%	190.010,24
K3	REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO)		10,00%	248.899,97
K2	CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		15,00%	94.526,08
K2.1	Custos da administração central da empresa (diretoria, pessoal técnico de apoio e pessoal administrativo não diretamente vinculado à prestação dos serviços)		10,00%	63.017,39
K2.2	Outras despesas que afetam o custo de produção como treinamento, biblioteca, programa de qualidade, programa de benefícios, auditoria interna e externa		3,00%	18.905,22
K2.3	Despesas fixas e variáveis com patrimônio, aluguéis, comunicação, manutenção e transporte não diretamente relacionados com o custo direto dos serviços		2,00%	12.603,48
Kd	TAXA RESSARCIMENTO DE DESPESAS SOBRE CUSTOS DIVERSOS		1,2558	
NOME DO INFORMANTE:			QUALIFICAÇÃO:	
ASSINATURA:			DATA:	
Observação: 1 - RELACIONAR OS CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO COM RESPECTIVOS PERCENTUAIS INCIDENTES NA MÃO -DE-OBRA 1 - DISCRIMINAR OS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE OS CUSTOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 2 - K4 = INDICAR % DE CADA TRIBUTO E A SOMA DOS MESMOS (ex: ISS 5% + PIS 1,65% + COFINS 7,60% = 14,25%) 3 - PIS e COFINS, <u>Regime de Incidência Acumulativa</u> (0,65% e 3,00% - sem percentual de desconto) ou em <u>Regime de Incidência Não Acumulativa</u> (1,65% e 7,60% - aplicável percentual de desconto) de acordo com a forma de apuração do lucro no IRPJ. APRESENTAR COMPROVANTES de aproveitamento de créditos tributários dos últimos 12 meses em caso de aplicação de "percentual de desconto". 4 - AS DESPESAS FISCAIS (K4) INCIDEM SOBRE O TOTAL DA FATURA E NÃO SOBRE OS CUSTOS INCORRIDOS, DEVENDO SER CALCULADO O K4' APLICANDO-SE A SEGUINTE FÓRMULA: $K4' = \{ [1 / (1 - K4)] - 1 \} \times 100$ $K4' = \{ [1 / (1 - 0,124)] - 1 \} \times 100$ Kd - Taxa de Ressarcimento de Despesas sobre Custos Diversos (incide sobre os Insumos Código DP e EM) $Kd = (1 + K3) \times (1 + K4)$ K2 - Incide sobre o Custo Total (CT) da Mão de Obra (MO* = MO1 + MO2) K3 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO1 x Ka ou MO2 x Kb), demais Custos (DP e EM), e Custos da Administração Central (K2) K4 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO1 x Ka ou MO2 x Kb), demais Custos (DP e EM), e Custos da Administração Central (K2) e Lucro (K3)				

INSUMOS POR ETAPA/PRODUTO														CODIGO:				
														CRO-1				
Cod.	Categoria / Insumo	Uní	Qde	CUD	PU	FatorK	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
						Meses	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
P3	Engenheiro consultor especial (com en	H	480,00	116,90	198,18	1,6953	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00
T2	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
T2	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
T2	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
T1	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
T3	Técnico de obras junior	mês	12,00	2.930,24	6.797,57	2,3198	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
T3	Técnico Ambiental	mês	12,00	2.462,64	5.712,83	2,3198	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
EC	Encargos Complementares e Adiciona	mês	12,00	3.905,29	4.904,26	1,2558	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
DP	Diárias per noite	mês	1.728,00	218,10	273,89	1,2558	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00	144,00
DA	Alimentação	mês	2.880,00	87,00	109,25	1,2558	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00	240,00
EM	Relatório Parcial	mês	24,00	28,22	35,43	1,2558	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
EM	Relatório Final	mês	6,00	1.955,48	2.455,70	1,2558	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
COT	Telefone (celular)	dias	108,00	63,64	79,92	1,2558	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
UVEÍC	Fornecimento de veículo leve 1.6 ou s	dias	108,00	5.809,87	7.296,03	1,2558	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
COT	Locação - Notebook conforme especific	Uní	108,00	293,84	369,00	1,2558	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
TOTAL	VALOR TOTAL POR PRODUTO	R\$	R\$ 2.284.655,76				R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98	R\$ 190.387,98
		%	100,00%				8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
TOTAL	VALOR DOS SUBPRODUTOS	R\$	R\$ 1.827.724,61				R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38	R\$ 152.310,38
	VALOR DO PRODUTO CONSOLIDADO	R\$	R\$ 456.931,15				R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60	R\$ 38.077,60

CRONOGRAMA SIMPLIFICADO

[illegible]

Telefone Celular

Empresa	Valor (R\$)
Site - Magazine Luiza	R\$ 777,89
Site - Americanas	R\$ 763,50
Site - Casas Bahia	R\$ 749,55

média 763,65

Notebook

Empresa	Valor (R\$)
Site - Magazine Luiza	R\$ 3.760,21
Site - Americanas	R\$ 3.399,10
Site - Casas Bahia	R\$ 3.419,10

média 3.526,14

Veículos 1.6

Empresa	Valor (R\$)
Site Peugeot - ACTIVE 1.6	R\$ 89.990,00
Site Renault - STEPWAY Zen 1.6	R\$ 94.390,00
Site Nissan - Versa 1.6 Sense	R\$ 101.990,00
Site Citroen - C4 Cactus Live 1.6	R\$ 106.990,00
Site Hyundai - Creta Action 1.6	R\$ 108.990,00

média 100.470,00

Serviço / material	Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Média
Impressão colorida	R\$ 1,20	R\$ 1,70	R\$ 1,00	R\$ 1,30
Impressão P&B	R\$ 0,30	R\$ 0,35	R\$ 0,50	R\$ 0,38
Encadernação 50fls	R\$ 1,90	R\$ 5,50	R\$ 6,00	R\$ 4,47
Encadernação 350fls	R\$ 4,80	R\$ 12,00	R\$ 17,00	R\$ 11,27
Plotagem em A3	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 4,10	R\$ 4,03
Pneu 185/65 R15	R\$ 499,00	R\$ 504,90	R\$ 602,16	R\$ 535,35

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO

Relatório Mensal/Específico - 50 páginas (45 P&B + 5 coloridas)		
A1	Preço da Impressão Preto e Branco	R\$ 0,38
A2	Preço da Impressão colorida	R\$ 1,30
A3	Quantidade de folhas preto e branco	45,00
A4	Quantidade de folhas coloridas	5,00
B	Encadernação até 50 folhas	R\$ 4,47
Relatório mensal/específico (A1xA3+A2xA4+B)		R\$ 28,22

Relatório Final c/Peça Gráfica - 3 volumes de 350 folhas(315 P&B+35 Coloridas) + 1 volume de desenho em Folha A3 de 350 páginas		
A1	Preço da Impressão Preto e Branco	R\$ 0,38
A2	Preço da Impressão colorida	R\$ 1,30
A3	Quantidade de folhas preto e branco	945,00
A4	Quantidade de folhas coloridas	105,00
A5	Preço da plotagem em A3	R\$ 4,03
A6	Quantidade de plotagem em A3	350,00
B1	Valor da encadernação até 350 folhas	R\$ 11,27
B2	Quantidade de encadernações até 350 folhas	4,00
Relatório mensal/específico (A1xA3+A2xA4+A5xA6+B1xB2)		R\$ 1.955,48

CCU VEÍCULO	FORNECIMENTO DE VEÍCULO LEVE 1.6 OU SUPERIOR, PARA APOIO A FISCALIZAÇÃO, COM AR-CONDICIONADO, INCLUINDO DESPESAS COM COMBUSTÍVEL, ÓLEOS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO.		
A	Depreciação mensal do equipamento		
A1	Preço de Aquisição	100.470,00	
A2	Tempo previsto de vida útil (meses)	36,00	
A3	Previsão de recup. na venda do bem usado	40%	
A4	Custo mensal $[A1-(A3 \times A1)]/A2$	1.674,50	
B	Juros pelo Capital empregado		
B1	Taxa mensal de Juros	5,00%	
B2	Juros s/depreciação/aluguel $(B1 \times A4)$	83,73	
C	Conservação e manutenção		
C1	Taxa de gastos s/a deprec. Inc. seguros (%)	100%	
C2	Incidência mensal $(C1 \times A4)$	1.674,50	
D	Combustível		
D1	Média mensal de quilômetro por veículo	3.000,00	
D2	Preço do litro de combustível (GASOLINA COMUM SINAPI/AL - 04/22 - cod4222)	7,13	
D3	Quilômetros rodados com um litro combustivel	10,00	
D4	Combustivel $(D1/D3) \times D2$	2.139,00	
E	Lubrificantes		
E1	Quilometragem do Contrato	36.000,00	
E2	Franquia por troca de óleo (km)	5.000,00	
E3	Preço do litro de óleo (SINAPI/AL- 04/22 cod 4227)	30,00	
E4	Quantidade de litros de óleo por troca	3,50	
E5	Quantidade de dias do Contrato	365,00	
E6	Lubrificantes $E = (E1 \times E3 \times E4 \times 30) / E2 \times E5$	62,14	
F	Pneus		
F1	Quilometragem do Contrato	36.000,00	
F2	Vida do Pneu em quilômetros	45.000,00	
F3	Quantidade de pneus	5,00	
F4	Preço do Pneu	535,35	
F5	Quantidade de dias do contrato	365,00	
F6	Pneus $= (F1 \times F3 \times F4 \times 30) / (F2 \times F5)$	176,01	
G	Motorista		
G1	Salário com encargos sociais		
H	Custo Mensal		
	Sem Motorista	5.809,87	
	Com Motorista		
I	Custo Direto p/ km Rodado Mensal		
	Sem Motorista	1,94	
	Com Motorista	-	



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

PROPOSTA FINANCEIRA DO PROJETO									CODIGO: PFP	
NOME DA CONSULTORA:										
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS					CONTRATANTE: CODEVASF			BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022		
Base	Cod1	Cod2	Categoria / Insumo	Uni	Qde	CUD	PU	FatorK	CT	PT
DNIT	MO2	P8060	Engenheiro consultor especial (com enc. Comple. e adicionais)	h	480,00		0,00	1,6953	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8066	Engenheiro Civil Pleno	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8066	Engenheiro Civil Pleno	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8147	Técnico de obras junior	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8143	Técnico Ambiental	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8135	Auxiliar de escritório	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8135	Auxiliar de escritório	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8135	Auxiliar de escritório	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	MO1	P8019	Assistente social júnior	mês	12,00		0,00	2,3198	0,00	0,00
DNIT	EC	E1	Encargos Complementares e Adicionais	mês	12,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
CODE	DP	V1	Diárias per noite	dia	1.728,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
CODE	DA	V2	Alimentação	dia	2.880,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
CODE	EM	M1	Relatório Parcial	un	24,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
CODE	EM	M1	Relatório Final	un	6,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
COTAÇÃO	COT	LO	Telefone (celular)	Unid. x Mês	108,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
CODE	CCU VEÍCULO	V3	Fornecimento de veículo leve 1.6 ou superior, com ar-condicionado, incluindo despesas com combustível, óleos, conservação e manutenção.	mês	108,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
COTAÇÃO	COT	LO	Locação - Notebook conforme especificação (5 und)	Unid. x Mês	108,00		0,00	1,2558	0,00	0,00
TOTAL DOS CUSTOS DIRETOS							R\$ 0,00			
TOTAL DOS ENCARGOS E DESPESAS DIVERSAS							R\$ 0,00			
TOTAL DA PROPOSTA							R\$ 0,00			
OBSERVAÇÃO:										
Alocar os Insumos MO, com respectivo FatorK, dentro da categoria de vínculo contratual (com ou sem) de cada tipo de profissional										
Uni - unidade de medição do insumo;										
Qde - Quantidade do Insumo (não pode ocorrer alteração pela Licitante)										
CUD - Custo Unitário Direto do Insumo (sem encargos, taxas e impostos, valor não pode ser maior que o Orçado pela Codevasf)										
CT - Custo Total (sem encargos, taxas e impostos) - CT = Qde x CUD										
FatorK - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos (detalhar composição nas Planilhas "PFP2.1", "PFP2.2", "PFP2.3", "PFP3")										
PU - Preço Unitário do Insumo (incluído encargos, taxas e impostos) - PU = CUD x FatorK										
PT - Preço Total do Insumo (incluído encargos, taxas e impostos) - PT = Qde x PU										
Encargos complementares e adicionais contempla: assistência médica, seguro de vida, custos de EPI e exame ocupacional. Preços de referência do SICRO para os técnicos e topógrafos e auxiliares.										
Os valores de diárias e alimentação foram retirados do anexo da N-201 da CODEVASF										
COT-Cotação de preço de mercado LO- Locação										
MO1 - Mão de obra sobre regime de Celetista, encargos calculados via FatorKa										
MO2 - Mão de obra sobre regime de Autônomo, encargos calculados via FatorKb										
MO3 - Mão de obra sobre regime de Societários, encargos calculados via FatorKc										
Engenheiro de projetos pleno - foi utilizado para o valor 44hrs por semana x 4 semanas (10.408,29/176 + os encargos)										
P - Profissionais nível superior nas áreas de Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, conforme disposições da Lei 4.950-A/66										
S - Profissionais de nível superior nas demais áreas de atuação, incluindo Arqueólogo, Biólogo, Geógrafo e Sociólogo										
T - Profissionais de nível médio técnico nas diversas áreas de atuação										
A - Profissionais de nível médio de apoio técnico-administrativo										



DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Ka		CODIGO: PFP-2.1	
NOME DA CONSULTORA:			
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS		CONTRATANTE: CODEVASF	BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022
Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	36,80%	0,00
A1	INSS	20,00%	0,00
A2	SESI	1,50%	0,00
A3	SENAI	1,00%	0,00
A4	INCRA	0,20%	0,00
A5	SEBRAE	0,60%	0,00
A6	Salário Educação	2,50%	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	0,00
A8	FGTS	8,00%	0,00
A9	SECONCI		0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	16,09%	0,00
B3	Auxílio Enfermidade	0,66%	0,00
B4	13º Salário	8,33%	0,00
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,00
B6	Faltas Justificadas	0,56%	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,08%	0,00
B9	Férias Gozadas	6,38%	0,00
B10	Salário Maternidade	0,02%	0,00
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	10,60%	0,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,62%	0,00
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,09%	0,00
C3	Férias Indenizadas	3,83%	0,00
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,76%	0,00
C5	Indenização Adicional	0,30%	0,00
D	REINCIDÊNCIAS	6,24%	0,00
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	5,92%	0,00
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,32%	0,00
K1	ENCARGOS SOCIAIS	69,73%	0,00
Ka	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO1	2,3198	
OBSERVAÇÃO: MO1 CELETISTAS			
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.			
2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA - CELETISTAS			
Ka - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra CELETISTAS (incide apenas no Insumo Codigo MO1)			
$Ka = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kb			CODIGO: PFP-2.2
NOME DA CONSULTORA:			
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS		CONTRATANTE: CODEVASF	BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022
Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	20,00%	0,00
A1	INSS	0,00%	0,00
A2	SESI	0,00%	0,00
A3	SENAI	0,00%	0,00
A4	INCRA	0,00%	0,00
A5	SEBRAE	0,00%	0,00
A6	Salário Educação	0,00%	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	0,00%	0,00
A8	FGTS	20,00%	0,00
A9	SECONCI	0,00%	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
B3	Auxílio Enfermidade	0,00%	0,00
B4	13º Salário	0,00%	0,00
B5	Licença Paternidade	0,00%	0,00
B6	Faltas Justificadas	0,00%	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,00%	0,00
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00
B10	Salário Maternidade	0,00%	0,00
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
C3	Férias Indenizadas	0,00%	0,00
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	0,00%	0,00
C5	Indenização Adicional	0,00%	0,00
D	REINCIDÊNCIAS	0,00%	0,00
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	0,00%	0,00
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
K1	ENCARGOS SOCIAIS	20,00%	0,00
Kb	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO2	1,6953	
OBSERVAÇÃO: MO2 AUTÔNOMOS			
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.			
2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA - AUTÔNOMOS			
Kb - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra AUTONOMOS (incide apenas no Insumo Código MO2)			
$Kb = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS: Kb			CODIGO: PFP-2.2
NOME DA CONSULTORA:			
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS		CONTRATANTE: CODEVASF	BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022
Cod	DESCRIÇÃO	%	R\$
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	0,00%	0,00
A1	INSS	0,00%	0,00
A2	SESI	0,00%	0,00
A3	SENAI	0,00%	0,00
A4	INCRA	0,00%	0,00
A5	SEBRAE	0,00%	0,00
A6	Salário Educação	0,00%	0,00
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	0,00%	0,00
A8	FGTS	0,00%	0,00
A9	SECONCI	0,00%	0,00
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
B3	Auxílio Enfermidade	0,00%	0,00
B4	13º Salário	0,00%	0,00
B5	Licença Paternidade	0,00%	0,00
B6	Faltas Justificadas	0,00%	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,00%	0,00
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00
B10	Salário Maternidade	0,00%	0,00
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"	0,00%	0,00
C1	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	0,00
C3	Férias Indenizadas	0,00%	0,00
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	0,00%	0,00
C5	Indenização Adicional	0,00%	0,00
D	REINCIDÊNCIAS	0,00%	0,00
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	0,00%	0,00
D2	Reincidência de "A" sobre Aviso Prévio Trabalhado e reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,00%	0,00
K1	ENCARGOS SOCIAIS	0,00%	0,00
Kb	TAXA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS E ENCARGOS SOBRE MO3	1,4441	
OBSERVAÇÃO: MO3 SOCIETÁRIOS			
1 - DISCRIMINAR OS ENCARGOS SOCIAIS COM SEUS RESPECTIVOS PERCENTUAS TOTALIZANDO OS MESMOS.			
2 - APLICAR O % TOTAL P/ CALCULAR OS E. SOCIAIS INCIDENTES NA MÃO-DE-OBRA - SOCIETÁRIOS			
Kc - Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos sobre a Mão de Obra SOCIETÁRIOS (incide apenas no Insumo Código MO3)			
$Kc = (1 + K1 + K2) \times (1 + K3) \times (1 + K4)$			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
5ª Superintendência Regional

DESPESAS FISCAIS E CUSTOS DIVERSOS: Kc				CODIGO: PFP-3	
NOME DA CONSULTORA:					
PROJETO: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS COMPLEMENTARES PARA IMPLANTAÇÃO DAS OBRAS DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO CANAL DO SERTÃO ALAGOANO, NO ESTADO DE ALAGOAS		CONTRATANTE: CODEVASF		BASE: abril/2021 CODE: ABRIL/2022 DNIT: JAN/2022 PROP: ABRIL/2022	
Cod	DESCRIÇÃO ¹	% preço ²	% custo ⁴	R\$	
K4	TAXAS E IMPOSTOS	12,40%	14,16%	0,00	
K4.1	ISS	5,00%	5,71%	0,00	
K4.2	PIS ³ - alíquota efetiva com percentual-desconto	1,32%	1,51%	0,00	
K4.3	COFINS ³ - alíquota efetiva com percentual-desconto	6,08%	6,94%	0,00	
K3	REMUNERAÇÃO DA EMPRESA (LUCRO)		10,00%	0,00	
K2	CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		15,00%	0,00	
K2.1	Custos da administração central da empresa (diretoria, pessoal técnico de apoio e pessoal administrativo não diretamente vinculado à prestação dos serviços)		10,00%	0,00	
K2.2	Outras despesas que afetam o custo de produção como treinamento, biblioteca, programa de qualidade, programa de benefícios, auditoria interna e externa		3,00%	0,00	
K2.3	Despesas fixas e variáveis com patrimônio, aluguéis, comunicação, manutenção e transporte não diretamente relacionados com o custo direto dos serviços		2,00%	0,00	
Kd	TAXA RESSARCIMENTO DE DESPESAS SOBRE CUSTOS DIVERSOS		1,2558		
NOME DO INFORMANTE:			QUALIFICAÇÃO:		
ASSINATURA:			DATA:		
Observação: 1 - RELACIONAR OS CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO COM RESPECTIVOS PERCENTUAIS INCIDENTES NA MÃO -DE-OBRA 1 - DISCRIMINAR OS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE OS CUSTOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS 2 - K4 = INDICAR % DE CADA TRIBUTO E A SOMA DOS MESMOS (ex: ISS 5% + PIS 1,65% + COFINS 7,60% = 14,25%) 3 - PIS e COFINS, <u>Regime de Incidência Acumulativa</u> (0,65% e 3,00% - sem percentual de desconto) ou em <u>Regime de Incidência Não Acumulativa</u> (1,65% e 7,60% - aplicável percentual de desconto) de acordo com a forma de apuração do lucro no IRPJ. APRESENTAR COMPROVANTES de aproveitamento de créditos tributários dos últimos 12 meses em caso de aplicação de "percentual de desconto". 4 - AS DESPESAS FISCAIS (K4) INCIDEM SOBRE O TOTAL DA FATURA E NÃO SOBRE OS CUSTOS INCORRIDOS, DEVENDO SER CALCULADO O K4' APLICANDO-SE A SEGUINTE FÓRMULA: $K4' = \{ [1 / (1 - K4)] - 1 \} \times 100$ $K4' = \{ [1 / (1 - 0,124)] - 1 \} \times 100$ Kd - Taxa de Ressarcimento de Despesas sobre Custos Diversos (incide sobre os Insumos Código DP e EM) $Kd = (1 + K3) \times (1 + K4)$ K2 - Incide sobre o Custo Total (CT) da Mão de Obra (MO* = MO1 + MO2) K3 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO1 x Ka ou MO2 x Kb), demais Custos (DP e EM), e Custos da Administração Central (K2) K4 - Incide sobre o Custo Total (CT) Mão de Obra com encargos (MO1 x Ka ou MO2 x Kb), demais Custos (DP e EM), e Custos da Administração Central (K2) e Lucro (K3)					

[illegible]

CRONOGRAMA SIMPLIFICADO

[illegible]

MATRIZ DE RISCO

DESCRIÇÃO DO RISCO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCUÇÃO
RISCOS DE EXECUÇÃO			
Custos gerais superiores aos estimados (hospedagem, alimentação, equipamentos, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> - Custos reais verificados maiores que os previstos no orçamento apresentado; - Aumento dos custos diretos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar cotações em todas as regiões possíveis de atuação; - Negociar previamente valores de hospedagem; 	CONTRATADA
Deslocamentos maiores que o previsto (3.000km) por necessidade de serviço	Necessidade de deslocamentos maiores que o estimado gerando aumento nos custos com veículos;	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar planejamento prévio das viagens de cada equipe; - Realizar reequilíbrio econômico-financeiro; 	CODEVASF
Deslocamentos maiores que o previsto (3.000km) por falhas no planejamento da CONTRATADA	Necessidade de deslocamentos maiores que o estimado gerando aumento nos custos com veículos;	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar planejamento prévio das viagens de cada equipe; - Otimizar deslocamentos para mesma região; 	CONTRATADA
Ataque de animais	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de animais selvagens ou insetos com risco de acidentes; - Atraso na elaboração dos levantamentos de campo pela presença de animais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a condição dos locais antes do início das atividades (análise de riscos); - Utilizar EPIs e EPC adequados a cada local e atividade; 	CONTRATADA
Ausência de profissionais com conhecimentos específicos para realização dos serviços (subcontratações)	Ausência de profissionais (subcontratação) com conhecimentos específicos para realizar trabalhos essenciais à consecução dos objetivos;	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação prévia da disponibilidade antes da apresentação da proposta; - Realização de pré-contrato com profissionais; 	CONTRATADA
Alteração dos custos dos serviços durante a execução do contrato	Alteração de custos de serviços subcontratados durante a execução do contrato, onerando a contratada;	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar cotação prévia com mais de um fornecedor; - Obter orçamentos com prazos suficientes; 	CONTRATADA
Danos a equipamentos / Problemas com softwares	<ul style="list-style-type: none"> - Danos a equipamentos atrasando a execução dos serviços; - Problemas com softwares impossibilitando a execução dos projetos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Inspecionar equipamentos antes do início das atividades; - Verificar possibilidade de ter equipamentos reservas a disposição; 	CONTRATADA
Acidentes com pessoas da equipe de apoio à fiscalização	Ocorrência de acidentes com pessoas contratadas para apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras;	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer EPIs, EPCs e treinamentos aos funcionários quanto a prevenção de acidentes; - Realizar análise de risco das atividades a serem realizadas, previamente ao seu início; 	CONTRATADA

DESCRIÇÃO DO RISCO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCUÇÃO
RISCOS DE EXECUÇÃO			
Ocorrência de ações judiciais (trabalhistas)	Interposição de ações judiciais de funcionários contratados contra a contratada e/ou suas subcontratadas por força da execução das obras/serviços, envolvendo a CODEVASF como solidária na ação;	Cumprir com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme legislação vigente;	CONTRATADA
Alteração da metodologia executiva por imposição da CODEVASF	Alteração da metodologia executiva proposta pela contratada por imposição da CODEVASF com reflexo nos custos dos serviços	Verificar se o Termo de Referência traz a especificação do serviço de forma clara e indica a possibilidade da CONTRATADA promover inovação metodológica	CODEVASF
RISCOS FINANCEIROS E TRIBUTÁRIOS			
Atraso no pagamento das faturas	Atraso no pagamento das faturas referentes às medições realizadas, comprometendo o fluxo de caixa do contrato (superior a 30 dias);	Garantir a disponibilidade financeira dos recursos antes da emissão da Ordem de Serviço	CODEVASF
Alteração na legislação tributária	Alteração na legislação tributária alterando alíquotas ou bases de cálculo de impostos;	Aceitar. Promover os ajustes necessários após as medições.	CODEVASF
RISCOS CLIMÁTICOS E AMBIENTAIS			
Condições climáticas desfavoráveis	-Atraso na execução dos levantamentos de campo em função de mau tempo; -Dificuldade de acompanhamento dos serviços ou deslocamentos por mau tempo;	- Avaliar a previsão do tempo antes de enviar os profissionais ao campo; - Realizar planejamento prévio dos deslocamentos;	CONTRATADA
OUTROS RISCOS			
Furtos / Roubos / Perda de material produzido	Furtos, roubos ou perda de material produzido por falha de equipamentos ou computadores	- Avaliar os riscos, realizar seguros e adotar procedimentos de proteção dos equipamentos; - Efetuar backups e cópias de segurança de todo material digital produzido (inclusive remoto)	CONTRATADA
Casos fortuitos / Força maior	Ocorrência de casos fortuitos ou de força maior que venham a impactar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato	Aceitar. Aplicar a Teoria da Imprevisão	CODEVASF